



Revista de Administração e Contabilidade

Volume 9, número 1

Feira de Santana, janeiro/abril 2017, p.24 – 44

ISSN: 2177-8426

EFD-Contribuições: Um estudo teórico-empírico sobre os impactos e dificuldades percebidos pelos profissionais da área de contabilidade de Florianópolis, SC¹

**Cristiny Luize Zluhan
Sérgio Murilo Petri
Marcelo Medeiros da Rosa**

RESUMO

O presente artigo apresenta quais os impactos e as dificuldades os escritórios de contabilidade vêm enfrentando devido à implementação do sistema de Escrituração Fiscal Digital - Contribuições subprojeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Para tanto, foi realizada uma pesquisa de descritiva, de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e caracterizada como *survey*, instrumentalizada por meio da aplicação de um questionário, com o objetivo de identificar o que a implantação desse modelo de escrituração acarreta em suas rotinas de trabalho. Obteve-se um retorno de 20% da população, tornando o resultado relevante pelo fato da semelhança de resultados apresentados por outra pesquisa anterior, com o mesmo público. Outro ponto verificou se as informações que são apresentadas estão de acordo com as exigências e se os sistemas de informação utilizados atualmente suportam a geração das informações necessárias para o cumprimento das obrigações legais. De modo geral, os profissionais não estão preparados para essa obrigação. Percebeu-se, também, que a estrutura de TI e a força de trabalho necessitam de investimentos e atualizações que devem acompanhar as mudanças na legislação, mostrando-se como uma oportunidade para os escritórios contábeis que objetivam obter um desempenho superior no mercado globalizado.

Palavras-Chave: EFD-Contribuições. Contabilidade. SPED.

ABSTRACT

This paper presents the impacts and the difficulties the accounting firms are facing due to the implementation of the Fiscal Digital Bookkeeping System - Contributions subproject of Public Digital Bookkeeping System (SPED). Therefore, a descriptive research of an applied nature, a

¹ Artigo apresentado no 10º CONTECSI – Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. São Paulo, 2013.

quantitative approach was performed and characterized as survey, manipulated by applying a questionnaire aiming to identify what the implementation of this model entails bookkeeping in their routines job. Yielded a return of 20% of the population, making the relevant result because of the similarity of results returned by a previous study with the same audience. Another point there was information that are presented are in accordance with the requirements and the information systems used today support the generation of information necessary for the fulfillment of legal obligations. Generally, professionals are not prepared for this obligation. It was noticed, too, that the IT infrastructure and workforce require investments and upgrades to accompany the changes in legislation, showing up as an opportunity for accounting firms that aim to achieve a superior performance in the global market.

Key-words: *EFD-Contributions. Accountability. SPED.*

1 Introdução

A partir da abertura dos mercados e da evolução das tecnologias de informação e de comunicação, o cenário econômico mundial foi desconstruído, dando espaço a novos métodos de desenvolvimento, distribuição e gerenciamento dos conhecimentos produzidos pela humanidade (SOEIRA; SCHNEIDER, 2013).

Por que a gestão pública ficaria à margem deste contexto? De acordo com Silva et al. (2014), tais mudanças permitiram o desenvolvimento de ferramentas de controle sobre os recursos públicos, que contribuíram para centralização de informações e fiscalização sobre a arrecadação dos órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

Ainda do acordo com Silva et al. (2014), uma das ferramentas desenvolvidas foi instituída pelo Decreto nº 6.022/07. Denominado Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o programa se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos (da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal), como também de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Criado como parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), o SPED preconiza a simplificação, padronização e otimização dos processos de prestação de contas dos contribuintes e de emissão de documentos fiscais e objetiva promover a integração entre as empresas e o fisco, mediante a unificação e o compartilhamento das informações; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes e tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários. Para atingir seus objetivos, o programa é constituído por quatro subprojetos: a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, a Escrituração Financeira, a Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Fiscal Digital (PETRI et al., 2013).

O EFD-Contribuições, que é o foco desta pesquisa, foi instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 05 de julho de 2010, e abrange as pessoas jurídicas de direito privado em regimes de apuração não-cumulativos e/ou cumulativos. Esse novo modelo visa contribuir com outros subprojetos, tais como o ICMS e o IPI no SPED Fiscal, bem como colaborar com a modernização na escrituração (LUNELLI, 2011).

Esse subprojeto, que exige diversos requisitos para sua implantação, tem impacto não somente sobre a área tributária/fiscal, mas também sobre a área da contabilidade como

um todo, envolvendo várias áreas responsáveis pela rotina da empresa, como compras e vendas, tecnologia da informação, finanças, entre outras.

Enquanto o SPED tem sido fruto de artigos publicados em periódicos específicos, o EFD-Contribuições, assim como sua obrigatoriedade, carece de melhor investigação. Em pesquisas relacionadas, percebeu-se que são escassas as publicações científicas sobre o tema. Desse modo, por ser este um assunto atual, vê-se a necessidade acadêmica e social quanto ao aprendizado dessa nova ferramenta, o EFD-Contribuições.

Com base no exposto, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais impactos e dificuldades encontradas na implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, em especial o EFD-Contribuições, em escritórios de Contabilidade? Para tanto, utilizou-se como universo de pesquisa escritórios contábeis cuja sede é o município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa pretendeu demonstrar quais problemas mais repercutem com a implantação desse sistema de escrituração. Procurou-se definir e explorar os seguintes objetivos específicos: apontar se os profissionais e os escritórios de contabilidade estão preparados para atender às exigências do EFD-Contribuições e verificar se o sistema de informação utilizado nas organizações pesquisadas está adequado para fornecer as informações que o sistema do EFD-Contribuição necessita.

A hipótese que norteou esta pesquisa é a de que os profissionais contábeis, de modo geral, desconhecem a legislação e os objetivos do EFD-Contribuições, como também sua necessidade. Logo, este estudo se justifica pela necessidade de identificar quais dificuldades os profissionais de contabilidade enfrentam com a implantação deste subprojeto do SPED.

Ademais, poucos são os estudos acadêmicos que buscam o tratamento das legislações vigentes sobre o tema. Assim, a principal contribuição deste estudo é a intenção de evidenciar as principais dificuldades enfrentadas por aqueles que praticam a contabilidade quando o assunto é o EFD-Contribuições e o quanto estas dificuldades impactam para a sociedade de forma direta. Para tanto, foi necessária a formação de um arcabouço teórico, a coleta de dados, a exposição dos mesmos e a discussão dos resultados.

Do ponto de vista estrutura, o presente artigo traz um breve referencial teórico, com o objetivo de elucidar melhor o assunto, e, a partir disso, apresenta os resultados e análises da pesquisa, assim como as considerações acerca do assunto. É dividido em cinco partes. A primeira compreende a introdução, que buscou contextualizar o leitor sobre a importância e a justificativa da pesquisa; a fundamentação teórica, estruturada em seções que abordam sobre o SPED e o EFD-Contribuições. Em seguida, apresenta-se a metodologia, informando de forma clara como foi projetada essa pesquisa. A quarta parte visa apresentar os resultados obtidos na pesquisa, delimitados em suas respectivas subseções. Por fim, na conclusão, apresentam-se as reflexões dos autores sobre o trabalho e as sugestões para futuros pesquisadores.

2 O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O desenvolvimento de novas tecnologias, como apresentado, proporcionou e aprimorou as ferramentas de comunicação e termos de rapidez, acessibilidade e segurança. No campo das Ciências Contábeis, este cenário permitiu ao Poder Público, segundo Geron et al. (2011), a melhoria do relacionamento com o cidadão, do controle e do desempenho interno e externo.

Graças a essa mudança e com base em experiências de países como Espanha, Chile, México e Argentina, o Brasil criou, por meio do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital (GERON et al., 2011).

Esse projeto, que se constitui em uma iniciativa na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal I (PAC I) e consiste na modernização do método de cumprimento das obrigações acessórias – hoje cumpridas com o preenchimento de formulários e livros físicos. Transmitidas em tempo real pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores, as informações sobre as obrigações utilizam como garantia da autenticidade e validade jurídica a certificação digital, tornando o processo mais eficiente e ágil e coibindo a sonegação fiscal. (SILVA et al, 2014).

De acordo com Geron et al. (2011), Petri et al. (2013) e Silva et al. (2014), o SPED objetiva: por meio da padronização e do compartilhamento das informações contábeis e fiscais, promover a interação entre os fiscos, desde que respeitadas as restrições legais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias, mediante uma única transmissão de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores e; tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamentos de dados e auditoria eletrônica.

Sob o prisma estrutural o SPED é composto por quatro subprojetos - a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, a Escrituração Financeira, a Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Fiscal Digital e, embora apresente características fiscais e contábeis, não é um projeto restrito às áreas fiscal e de tecnologia das empresas: trata-se de um instrumento para toda a corporação. Esta característica se fundamenta na tese de que, com a sua implantação, várias áreas, processos e sistemas das empresas necessitarão ser revistos, criados e/ou aprimorados (YOUNG, 2009).

2.1 Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD-Contribuições)

O programa EFD-Contribuições tem como objetivo reduzir as obrigações acessórias entregues pelo contribuinte, o qual deverá transmitir via internet um arquivo digital com as informações relativas às operações praticadas em um período que deverá ser mensal, os registros e os demonstrativos de apuração do PIS, da COFINS e Contribuição previdenciária da Receita Bruta, conforme apresentado no guia prático do EFD-Contribuições (2012).

Conforme Lizote e Mariot (2012), a EFD-Contribuições, primeiramente criada e chamada de EFD PIS-Cofins, foi realizada com o objetivo de acolher as necessidades de informação do fisco, sobre como era composta a base de cálculo de crédito e débito do PIS e da COFINS.

A Secretária da Fazenda de São Paulo (2011) aponta que o sistema de Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, constituído por um agrupamento de escriturações de documentos fiscais e de outras informações financeiras e contábeis, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Por fazer parte do SPED, os arquivos são assinados digitalmente e transmitidos, via internet, aos órgãos fiscalizadores. (BRASIL, 2011)

De acordo com o Portal do SPED (2012), o EFD-Contribuições pode ser designado como um arquivo digital, utilizado por pessoa jurídica de direito privado na escrituração do

PIS e da Cofins, com base nos documentos e operações representativos das receitas auferidas, nos custos, despesas, encargos e aquisições geradores dos créditos no caso da não-cumulatividade. Com a Lei nº 12.546/2012, arts. 7º e 8º, passou a contemplar também a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, quando forem incidir sobre os setores de serviços e indústrias. A escrituração das contribuições sociais deverá ser apresentada de forma centralizada, ou seja, pelo estabelecimento da própria matriz da pessoa jurídica, sendo que os documentos e operações da escrituração que tenham representação nas receitas realizadas, nos custos, nas despesas e nos encargos incorridos, deverão ser apresentados no arquivo do EFD Contribuições.

A Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, alterada pela RFB nº 1.218, de dezembro de 2011, institui os prazos para apresentação dessas declarações. Tais prazos foram estabelecidos conforme a data de ocorrência dos fatos geradores. Ficam obrigadas, a partir de:

- a) 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real;
- b) 1º de julho de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do imposto com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;
- c) 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;
- d) 1º de março de 2012, em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, as pessoas jurídicas que desenvolvam atividades discriminadas nos art. 7º e 8º da MP nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de dezembro 2011;
- e) 1º de abril de 2012, em relação à contribuição previdenciária, as pessoas jurídicas que desenvolvam atividades elencadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de dezembro 2011.

De acordo com o Portal SPED (2012), “A periodicidade de apresentação da EFD-Contribuições é mensal, devendo ser transmitido o arquivo, após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração”. Neste sentido, Calegari et al (2012) corrobora que a EFD-Contribuições é apresentada mensalmente ao fisco, onde são apontados os valores devidos de PIS e COFINS, sendo que o EFD é apresentado dois meses após o período de referência destes impostos, que são pagos no dia 25 de cada mês.

O Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (2012) complementa que as pessoas jurídicas devem contabilizar e apresentar as informações relativas às operações representativas de seu faturamento mensal, como: o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente da denominação ou classificação, correspondente à receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica. Bem como as aquisições de bens para revenda, bens e serviços empregados como insumos e demais custos, despesas e encargos, sujeitas à incidência e apuração de créditos próprios do regime não cumulativo, de créditos presumidos da agroindústria e de outros créditos previstos na legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. Já a Contribuição previdenciária com base na Receita Bruta, deverá ser apontada no Bloco P, demonstrando os elementos para a formação da base de cálculo e o valor da contribuição correspondente aos fatos geradores ocorridos a partir de março de 2012.

A Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 2010, discorre sobre a forma de emissão dessa escrituração e aponta que:

Art. 2º A EFD-PIS/Cofins emitida de forma eletrônica deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador constituído nos termos da Instrução Normativa RFB nº 944, de 29 de maio de 2009, utilizando-se de certificado digital válido, emitido por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que não tenha sido revogado e que ainda esteja dentro de seu prazo de validade, a fim de garantir a autoria do documento digital (BRASIL, 2010).

O Portal SPED (2012) apresenta como funcionará o mecanismo do EFD-Contribuições. A pessoa jurídica deverá a partir de sua base de dados gerar um arquivo digital de acordo com o leiaute estabelecido pela Secretaria Federal do Brasil – RFB, com informações sobre toda a documentação fiscal e as demais operações com incidência das contribuições sociais e dos créditos não-cumulativos, referente aos períodos de apuração do PIS e da COFINS e da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta. Este arquivo deverá ser importado ao programa validador e assinador fornecido pelo SPED. Após a importação das informações, estas poderão ser visualizadas pelo referido programa, tendo opções de: pesquisas de registros e relatórios do sistema, digitação, alteração, assinatura digital, transmissão de arquivos, exclusão de arquivos, geração de cópias de segurança e sua restauração.

Conforme Instrução Normativa RFB nº 1.052, em seu art. 4º, “A EFD-PIS/Cofins deverá ser submetida ao Programa Validador e Assinador (PVA), especificamente desenvolvido para tal fim, a ser disponibilizado no sítio da RFB na Internet, no endereço [http://www.receita.fazenda.gov.br/sped \(...\)](http://www.receita.fazenda.gov.br/sped)”.

O programa gerador de escrituração possibilita a importação do arquivo com o leiaute das contribuições definido pela RFB, a validação do conteúdo da escrituração e indicar os erros e avisos, a edição da via de digitação, os registros criados ou importados, a emissão dos relatórios da escrituração, a geração do arquivo da EFD-Contribuições para assinatura e transmissão ao SPED, a assinatura do arquivo gerado por certificado digital e a transmissão do arquivo ao SPED (PORTAL SPED, 2012).

Carleto e Theodoro (2012) apontam que o contribuinte terá como efetuar uma remessa de substituição do arquivo enviado anteriormente, ficando vinculado: às regras, prazos e permissões estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa substituição deverá ser feita integralmente.

O EFD-Contribuições apresenta de forma mais estruturada as informações apresentadas pelo Demonstrativo de Apuração das Contribuições Sociais (DACON), que é exigido mensalmente. Este demonstrativo apresenta os totais da base de cálculo e o montante de impostos devidos, conforme apresentado por Lizote e Mariot (2012).

O Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (2012) aponta que as informações referentes aos Blocos A,C,D e F deverão ser prestadas sob enfoque de cada estabelecimento de Pessoa Jurídica.

Bloco 0 – Abertura, Identificação e Referências

Bloco A – Documentos Fiscais – Serviços (ISS)

Bloco C – Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI)

Bloco D – Documentos Fiscais II – Serviços ICMS
Bloco F – Demais Documentos e Operações
Bloco H - Operações de Pessoas Jurídicas Componentes do Sistema Financeiro, Seguradoras, Previdência, Capitalização e Operadoras de Planos de Assistência à Saúde
Bloco M – Apuração da Contribuição e créditos de PIS e da COFINS
Bloco P - Apuração da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta
Bloco 1 – Complemento da Escrituração – Controle de Saldos de Créditos e de Retenções, Operações Extemporâneas e Outras Informações
Bloco 9 – Controle e Encerramento do Arquivo Digital.

Os “blocos” são divisões do sistema, em que cada um é referente a um grupo de informações, cada qual com um registro de abertura, de dados e de encerramento. Salvo dispositivo em contrário, todos os “blocos” são obrigatórios. A sequência dos mesmos, apresentada acima, é uma disposição da forma como devem ser organizados, conforme estabelecido no Manual do Leiaute da EFD-Contribuições.

3 Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, que tem como objetivo ser descritiva, usando como instrumento de coleta de dados conforme a aplicação de questionário. O método escolhido foi o quantitativo que, segundo Silva e Menezes (2001), traduz as opiniões e informações, em números, classificando-as e analisando-as. Para Richardson (2008), este método representa, em teses, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e de interpretação, sendo possível, assim, uma margem de segurança quanto às inferências dos pesquisadores.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e materiais disponibilizados na internet, com os quais foi possível recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto. No que diz respeito à busca na internet foi utilizado como critério de seleção as seguintes terminologias: Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições); e Legislação específica sobre o SPED.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa se classifica como do tipo levantamento *survey*. Este método visa a obtenção de informações sobre as percepções dos respondentes e envolve a interrogação direta do público cujo comportamento se deseja investigar para, em seguida, por meio de análise quantitativa, identificar as conclusões correspondentes aos dados coletados (MALHOTRA, 2006).

A amostra foi determinada por uma amostragem não probabilística, pois, conforme Barbeta (2002), “Não se conhece a probabilidade de um elemento da população ser escolhido para participar da amostra”.

O instrumento de coleta de dados escolhido foi um questionário. Segundo Silva e Menezes (2001), o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas. Deve ser objetivo, com extensão limitada, e deve estar acompanhado de instruções que ressaltem a importância da colaboração do informante e facilitem o seu preenchimento.

Composto por dezoito questões abertas (descritivas) e fechadas (múltipla escolha), o questionário elaborado teve característica semiestruturada e buscou medir a satisfação de contadores sobre as dificuldades percebidas com a implantação EFD-Contribuições.

O instrumento foi encaminhado aos escritórios por intermédio do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC) durante os meses de novembro e dezembro de 2012. Foi obtida uma amostra de 20% do universo amostral - 31 empresas e os dados coletados foram tratados descritivamente e apresentados em forma de quadro e gráficos, elaborados por meio do software Microsoft Excel®.

3.1 Pesquisas Similares

Em análise à produção científica disponível, em especial nos Anais de um evento cuja temática é compatível com o tema pesquisado neste trabalho - Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (CONTECSI) e periódicos nacionais, constatou-se a existência de poucos trabalhos que tratem especificamente do EFD-Contribuições.

Entretanto, há, na literatura nacional, a divulgação de pesquisas, cujo tema principal foi o SPED, a saber: Santos (2008): Uma análise das percepções dos usuários do sistema público de escrituração digital-SPED; Mahle e Santana (2009): Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC; Pires (2011): A percepção dos contabilistas do município de Florianópolis, com relação à implantação do sistema público de escrituração digital; Geron et al. (2011): SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. Passos (2011): SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: um novo paradigma em termos de conformidade tributária; Ruschel et al. (2011): O impacto do SPED na Contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil; Alves Junior (2012): Mudança dos processos de negócios e adequação da TI nas empresas em decorrência da implantação do sistema público de escrituração digital – SPED: um estudo de casos múltiplos no Estado do Pará; Rocha e Carvalho (2012): Análise da Percepção dos acadêmicos egressos do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior Públicas da Grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital; e Silva et al (2013): Evidenciação das Demonstrações Contábeis: Avaliação do desempenho de uma empresa com foco na adoção do SPED contábil para tomada de decisão.

Com o propósito de apresentar os objetivos e principais resultados encontrados pelos autores acima qualificados, elaborou-se um quadro explicativo – quadro 01. A partir do mesmo, percebe-se a relevância do assunto e a necessidade de aprofundamento.

Ano	Autores	Propósitos da Pesquisa	Resultados encontrados
2008	Santos, Cavalcante, Queiroz, Freire	Identificar as vantagens e desvantagens do novo sistema e o ponto de vista de interesse principal: do Contador, do Auditor Fiscal e do Negócio Executivo.	Verifica-se que os auditores fiscais são os que possuem maior conhecimento do assunto. E entre os executivos, que participaram da pesquisa, ninguém sabe sobre SPED.
2011	Pires, Ferreira,	Investigar a percepção dos profissionais do município de	Os resultados obtidos demonstraram que muitos profissionais estão

	Petri, Müller	Florianópolis, que atuam na área contábil, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital.	inseguros quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação. Para os respondentes, as modificações são inúmeras, exigindo uma dedicação ainda maior dos profissionais contábeis.
2011	Passos, Silva, Gallo, Pereira	Verificar se a implementação do SPED - Contábil teve influência sobre os resultados econômico-financeiros declarados pelas empresas (lucro líquido legal e faturamento bruto)	O SPED manifesta-se expressivamente nos dois modelos de regressão da variável InFAT (painel balanceado e desbalanceado), e os coeficientes estimados sugerem que, se suprimidos os efeitos de outras variáveis de controle, o faturamento possui elasticidade positiva em função do SPED.
2011	Zanin, Frigeri, Kruger, Coser	Identificar as principais características e adequações do processo de implantação da escrituração fiscal digital nas empresas do município de Chapecó-SC.	A pesquisa demonstra que a implantação e adoção de notas fiscais eletrônicas e do SPED fiscal e contábil necessitam de investimentos por parte das empresas, mas em compensação melhoram a qualidade das informações contábeis.
2012	Alves Junior, Medeiros, Sousa Neto	Identificar as mudanças que tiveram impacto sobre os processos de negócios envolvidos e quais os requisitos de TI necessários para o apoio a essas mudanças.	Em duas das empresas, a infraestrutura de TI foi capaz de suportar a implantação do novo sistema. Todas tiveram que analisar seus processos para realizar as adequações requeridas. Verificou-se também que em duas empresas não existe práticas de governança de TI.
2013	Petri, Koettker, Oliveira, Petri, Casagrande	Revisar a implantação do projeto Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a fim de que se possa identificar e discutir as vantagens e desvantagens da Escrituração Fiscal Digital a partir da literatura selecionada.	o projeto até então tem se mostrado eficiente ao proposto, como uma aceitabilidade boa dos contribuintes, expandindo gradativamente a excelência; as vantagens principais abordadas são as melhorias na qualidade da informação, o ganho de produtividade e a eficiência nos processos; as desvantagens principais são a dificuldade de preparação do pessoal, o custo financeiro e as mudanças na estrutura da empresa; e dentre as dificuldades pode-se citar o alto custo na implantação de sistemas de informação para a utilização do SPED e a preocupação do correto conhecimento dos contribuintes

Quadro 01: Dado de Pesquisas Relacionadas.

Fonte: Anais do CONTECSI (2008-2012); Base de Dados SPELL (2013).

A pesquisa que apresentou uma relação mais próxima à presente investigação acadêmica foi a de Pires et al. (2011), que realizou uma pesquisa no município de Florianópolis, com uma amostra de 28,76% da população acessível.

Inicialmente, os autores apresentaram o perfil do profissional que respondeu o questionário, a saber: 63,64% dos respondentes eram do sexo masculino e 45,45% tinham até 35 anos. Quanto à escolaridade, verificou-se que 54,54% possuíam pelo menos uma graduação completa.

Após obter informações sobre o respondente, os autores objetivaram questões referentes ao escritório de Contabilidade, quanto à forma de tributação. Neste quesito constatou-se que 54,55% da amostra possuem clientes enquadrados no Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, enquanto que 43,18% possuem apenas clientes enquadrados no Simples Nacional e Lucro Presumido.

Em relação à implantação do SPED, verificou-se quais subprojetos do SPED estavam em fase de implementação nas organizações respondentes. Constatou-se que 53% apontaram que se utilizavam dos três subprojetos - EFD, ECD e a NF-e. Notou-se ainda que 19% utilizavam apenas a NF-e e 14% somente o ECD.

Com o intuito de verificar o motivo da implantação, os autores examinaram que mais de 78% dos respondentes tinham como objetivo principal atender a legislação e que os demais - 22% implantaram de forma voluntária.

Sobre o impacto da tecnologia nos processos organizacionais e as principais dificuldades encontradas na fase de implantação, foi possível verificar que quase a totalidade - 92% dos respondentes discorreram sobre a necessidade de mudanças na rotina das empresas para a implantação do SPED. As dificuldades apontadas foram a preparação profissional, assinaladas pelos respondentes 36 vezes, o custo financeiro e mudanças na estrutura da empresa, ambas assinaladas 20 vezes.

Quanto ao perfil do profissional de contabilidade em relação ao SPED, Pires et al (2011) perceberam que existe insegurança de parte dos profissionais no que diz respeito à aplicação dos procedimentos. A falta de profissionais capacitados foi apontada como entrave na implantação desses sistemas. Para remediar este cenário e promover a atualização dos que exercem suas funções dentro do universo pesquisado, questionou-se sobre qual método deveria ser adotado. Como resposta, a participação em palestras, cursos e congressos específicos sobre o tema, bem como a leitura sobre o SPED foram as respostas mais comuns.

Em análise às mudanças ocasionadas pela implementação SPED estão a necessidade de maior agilidade na geração das informações fiscais e gerenciais, com 54% de frequência, e a falta de mão de obra qualificada para atender ao SPED, apontado por 25% dos respondentes.

Pires et al (2011) concluíram que o SPED não tem função somente para atender ao Fisco. Há, segundo os autores, um grande trabalho intelectual em torno da implantação desse sistema, pois não se trata mais de uma função meramente operacional: exige um conhecimento técnico, não somente de sua área, mas das diversas outras áreas que interagem com esse sistema. Ademais, foram constatadas que muitas alterações são necessárias e afetam de maneira significativa a rotina dos profissionais de contabilidade.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Em resposta à principal questão deste estudo - quais impactos e dificuldades encontradas na implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, em especial o EFD-Contribuições, em escritórios de Contabilidade, apresenta-se a análise dos dados coletados

nos 31 escritórios de contabilidade que responderam o questionário. Esse número representa uma amostra de 20% dos escritórios com sede em Florianópolis.

4.1 Perfil do Respondente

Para analisar como os profissionais se prepararam para as alterações causadas com a implantação do subsistema do SPED EFD-Contribuições, lançaram-se perguntas com o objetivo de verificar o perfil dos profissionais de contabilidade.

Ao analisar as perguntas referentes a essa caracterização, verificou-se que 77% dos entrevistados eram do sexo masculino, que a faixa etária mais representativa, totalizando 32%, foi a dos que possuíam entre 26 e 35 anos e que os que possuem o título de graduado constituíam maioria, em um total de 87%. O quadro 02 discrimina esses resultados:

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sexo		
Feminino	7	23%
Masculino	24	77%
Faixa Etária		
Menos de 25 anos	6	19%
Entre 26 e 35 anos	10	32%
Entre 36 e 45 anos	6	19%
Acima de 46 anos	9	30%
Escolaridade		
Ensino Médio	2	6%
Técnico	2	6%
Graduação	13	43%
Especialista	10	32%
Mestrado e/ou Doutorado	4	13%

Quadro 02: Perfil do Respondente

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Por meio de indagações posteriores, foi possível constatar que, mesmo com o prazo muito próximo para as últimas empresas entrarem nessa obrigatoriedade, muitos profissionais ainda não se sentem preparados para atender essa recomendação - apenas 26% dos entrevistados demonstraram estar preparados.

Esse percentual demonstra um aspecto importante nas organizações entrevistadas: a resistência do grupo à mudanças. De acordo com Almeida et al (2011) isto se dá pela crença da certeza naquilo que está em vigor, dificultando ou até mesmo impedindo a aceitação do novo – no caso em questão, na busca pelo conhecimento.

Em seguida, questionou-se sobre qual(is) o(s) meio(s) utilizado(s) para atualização profissional, sendo possível a opção por mais de uma resposta. Com base nos dados apurados, é possível constatar que os cursos presenciais são os mais recomendados em questão de aprendizado. Em segundo lugar, os entrevistados apontaram a consultoria tributária como importante forma de atualização, conforme gráfico 01.

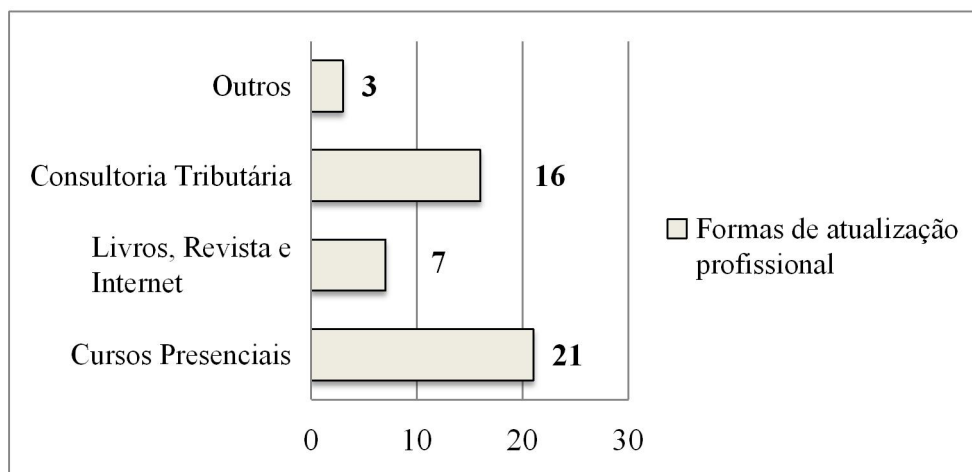


Gráfico 01: Formas de Atualização Profissional.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Quanto aos impactos causados pela EFD-Contribuições na operação e na gestão dos escritórios de contabilidade, verificou-se – quadro 03:

	Quantidade	Porcentagem
Redução do quadro funcional	1	3%
Aumento do quadro funcional	9	29%
Falta de mão de obra qualificada no quadro funcional atual	13	42%
Necessidade de investimento em novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	8	26%

Quadro 03: Impactos percebidos com a implantação do EFD-Contribuições

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Como verificado, a falta de qualificação profissional foi o impacto mais apontado com relação a essa nova obrigatoriedade. Mais de 40% dos entrevistados apontou esta situação como a mais significativa. Em seguida, totalizando 29% das respostas, apontou-se o aumento da necessidade de novos empregados e 26% dos respondentes consideram como impacto mais relevante a necessidade de investimento em softwares, hardwares e outros dispositivos de comunicação.

Questionou-se também sobre a sensação de preparo do profissional pesquisado frente ao atendimento das exigências do EFD-Contribuições. A ocorrência de respondentes que afirmam não se sentirem preparados para atender os dispositivos deste subsistema do SPED atingiu 32% dos respondentes.

4.2 Perfil do Escritório de Contabilidade

Quanto ao perfil dos escritórios pesquisados, foram levantadas questões sobre o número de clientes e a forma de tributação destes. Em relação à quantidade, a organização contábil com maior número de clientes possui 330, e a com o menor número de clientes

possui apenas 8. Obteve-se uma média de 62,52 clientes por escritório de contabilidade. A forma de tributação está discriminada no gráfico 02:

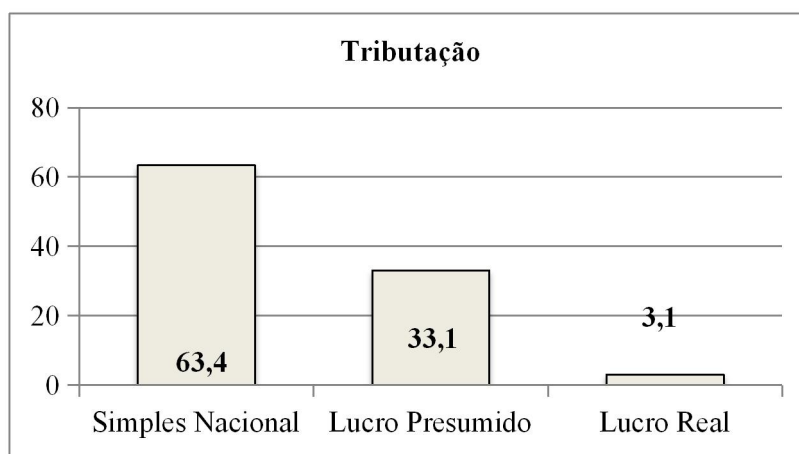


Gráfico 02: Forma de Tributação em %.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Como observado, a grande maioria dos clientes das empresas analisadas são tributadas como Simples Nacional, modalidade que ainda não tem previsão de obrigatoriedade de implantação do EFD-Contribuições. Portanto, a maior parte das empresas analisadas, 61% do total, está dispensada dessa nova obrigação. Dentre as empresas previstas no critério de obrigatoriedade, destacam-se as de lucro presumido, com fato gerador a partir de 2013.

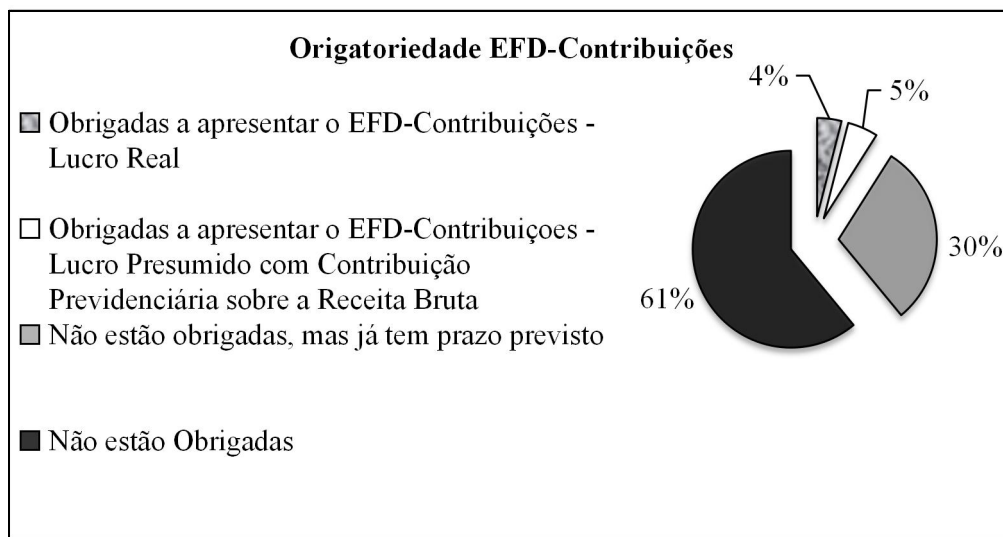


Gráfico 03: Obrigatoriedade EFD-Contribuições

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Com o intuito de verificar se as empresas que ainda não estão obrigadas, mas com prazo previsto, estão tentando se adaptar a essa nova obrigação, perguntou-se se estas já apresentavam o EFD-Contribuições de forma voluntária. Constatou-se que nenhuma das empresas antecipou essa implantação com vistas a reduzir os impactos causados pela implementação. Nota-se, portanto, que os escritórios, em sua maioria, não têm o intuito de

se antecipar às mudanças e esperam passivamente o momento em que a obrigatoriedade tornar-se-á explícita.

Para atender às determinações na implantação do EFD-Contribuição e com base nas respostas sobre os impactos percebidos, supôs-se que a ocorrência de mudanças na rotina operacional dos entrevistados – suposição ratificada por 57% dos respondentes. A partir da validação desta hipótese, foi solicitado o apontamento das mais representativas, listadas a seguir, sem inferência quanto ao número de ocorrências: (i) Promover alterações no sistema e configuração deste para atender às exigências do EFD; (ii) Promover mudanças na forma de escrituração dos documentos fiscais; (iii) Estreitar o relacionamento com cliente para garantir a validade, tempestividade e correção (se pertinente) da documentação necessária (iv) Aumentar a qualificação de pessoal; (v) Investir em TIC; (vi) Implantar de um sistema interno de controle, para a elaboração do EFD.

Entre as mudanças, nota-se, com maior ocorrência a busca por profissionais qualificados na área e a adaptação do sistema de informação para atender ao EFD-Contribuições. Tais apontamentos validam os resultados encontrados quanto aos principais impactos percebidos pelos respondentes, apresentados na seção anterior, e remetem a reflexão sobre o papel do profissional contábil na capacitação de seus clientes quanto às normas tributárias, fato que pode ser fruto pesquisas futuras mais aprofundadas.

Com o objetivo de entender qual é a principal dificuldade, na percepção do profissional contábil, apontada por seus clientes, foi apresentada aos respondentes uma questão de múltipla escolha, deixando-os livres para escolher quantas alternativas achassem necessárias. Verificou-se que as barreiras mais representativas: são a qualificação dos profissionais, com 30%, e a padronização do sistema, com 28%. Em seguida, aparecem a resistência dos profissionais à mudanças, com 26%, o custo financeiro, com um total de 15%, e outros, com 2% - conforme apresentado no gráfico 04.

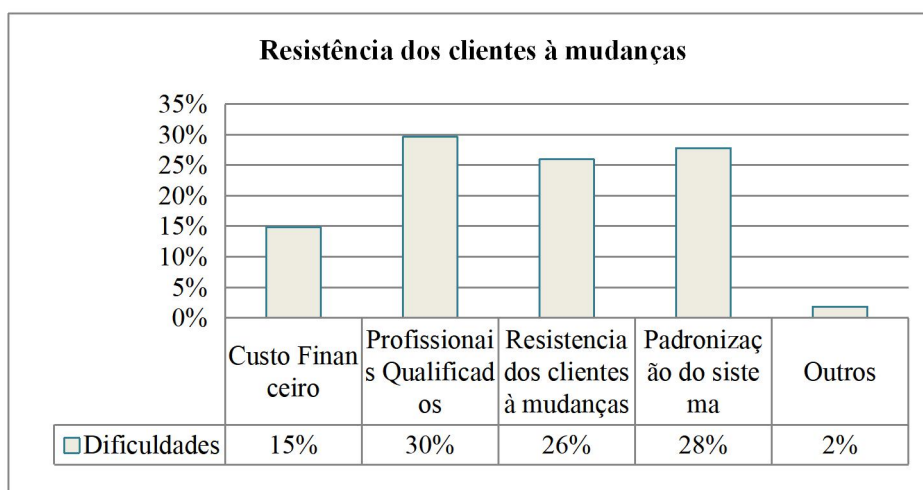


Gráfico 04: Resistência dos clientes na Implementação EFD-Contribuições

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

No que tange a gestão de estoques se questionou, na visão do respondente, qual o motivo pelo qual seus clientes efetuam o controle de estoque. Metade dos entrevistados entende que as empresas fazem controle apenas para atender às exigências fiscais - gráfico 05:

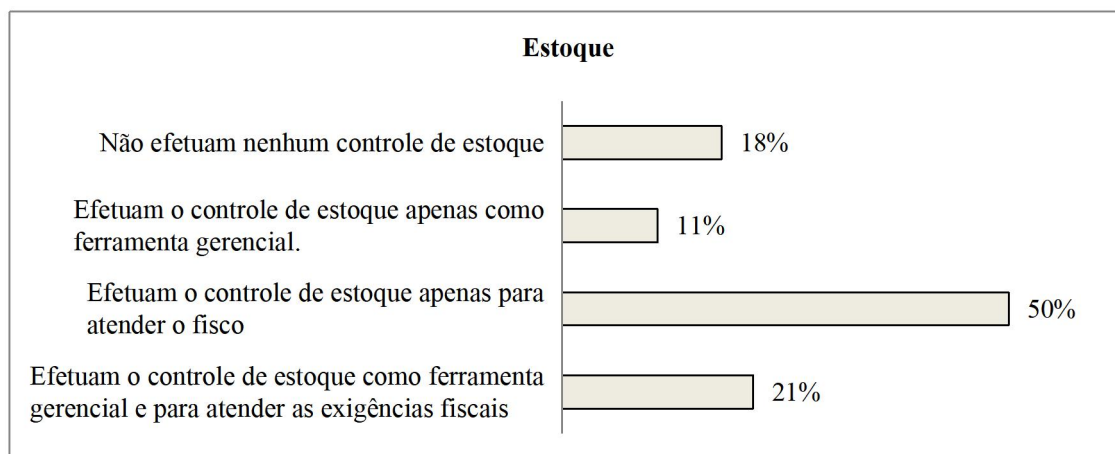


Gráfico 05: Controle de Estoque.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Ainda sobre esse tema, investigou-se se empresas sem obrigatoriedade do SPED efetuam algum controle de estoque. Apenas 9% dos entrevistados declararam possuir um controle de estoque. 86% informaram que são poucas as empresas que possuem esse tipo de controle, e 5% informaram que existem algumas empresas que não possuem nenhum tipo controle.

Os produtos com incidência de tributação de PIS/COFINS devem possuir uma correta classificação, pois estes produtos podem ser monofásicos, isentos e de substituição tributária. Na pesquisa realizada, verificou-se que 71% das pessoas que não realizam esse controle mesmo sendo obrigadas ao EFD-Contribuições.

Relacionando as empresas que efetuam o controle do estoque apenas para atender ao fisco, notou-se que 48% destas empresas não fazem a classificação correta quanto aos produtos monofásicos, isentos e substitutos tributários.

Identificados os principais impactos causados pela implementação do EFD-Contribuições (impactos macro), buscou-se apontar os problemas considerados mais relevantes pela amostra selecionada (impactos micro ou operacionais). Para tanto, apresentou-se um questionamento com as seguintes opções de resposta: Erro de Leiaute; Registro Filho; CST; O Sistema de Informação utilizado não atende a todas as informações requeridas pelo EFD-Contribuições; Informação sobre retenções: os sistemas poucas vezes levam essas informações; e INSS sobre faturamento e a necessidade deste ser mensurado por NCM. Esta questão permite que o respondente aponte a quantidade de problemas que julgar necessário. O gráfico 06 demonstra os resultados obtidos.

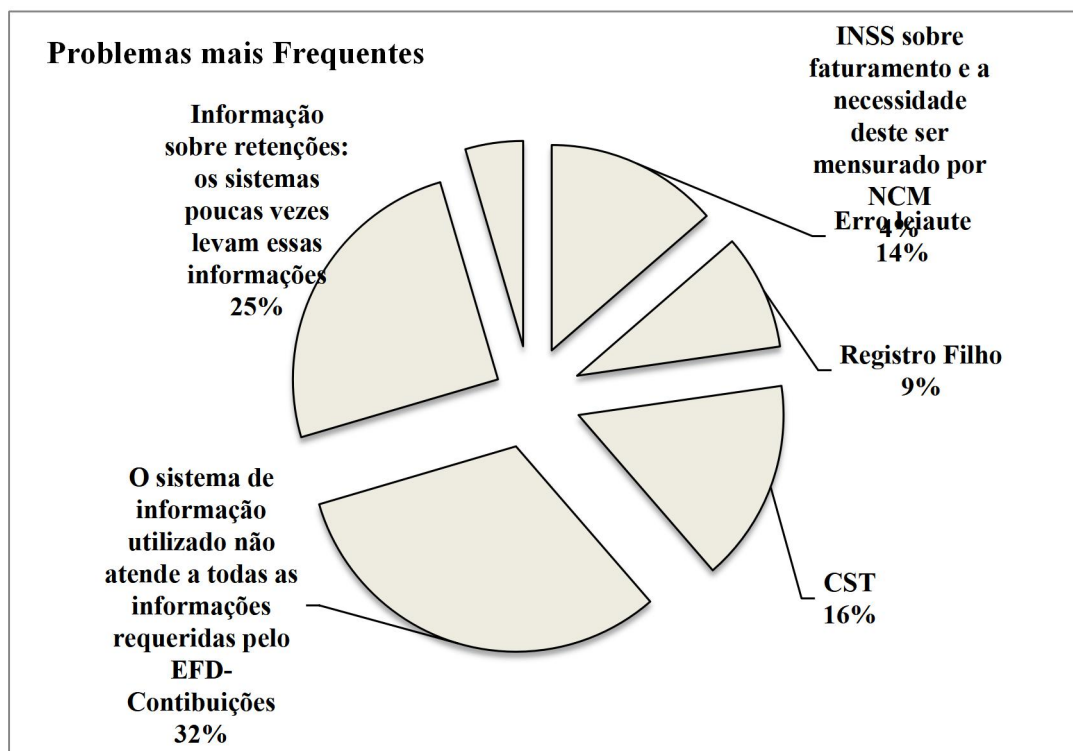


Gráfico 06: Problemas mais Frequentes

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Com base nos gráficos e tabelas acima, verifica-se que os principais problemas remetem ao principal impacto causado com a implantação do subsistema do SPED estudado: a necessidade de aumentar a qualificação profissional. A falta de qualificados no mercado faz com que seja necessário o investimento na força de trabalho e nos sistemas de informações internos, uma vez que, segundo os dados coletados, os programas existentes não suportam todas as necessidades requeridas pelo EFD-Contribuições, o que leva os profissionais a fazer, muitas vezes, o preenchimento do “Validador” de forma manual.

Ademais, é possível notar a não utilização de controle de estoque por parte dos respondentes, uma vez que 11% das de seus clientes já são obrigados e 30% já têm prazo previsto para apresentação dessas informações. Logo, deduz-se que a chance de que essas empresas apresentem informações incorretas é latente, ocasionando, em alguns casos, no pagando errôneo de obrigações fiscais.

Ainda, é possível perceber que muitos profissionais ainda não estão preparados para atender às exigências do SPED e do EFD-Contribuições, lançado em 2010. Embora o Fisco tenha adiado o início justamente para que as empresas e os profissionais contábeis pudessem atenuar os impactos causados pelas novas sistemáticas, verificou-se que padronização dos sistemas e o estudo sobre o assunto iniciaram-se apenas no instante em que a obrigação tornou-se indispensável.

Acredita-se que, com base nos dados coletados, a partir do momento em que os profissionais dos escritórios contábeis e das empresas-alvo do EFD-Contribuições adquirirem mais conhecimento sobre o sistema, será possível identificar os objetivos e os benefícios para a empresa (melhoria no controle e na gestão), para o Fisco e para a sociedade.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa apresentou as dificuldades de implantação do EFD-Contribuições enfrentadas pelos escritórios contábeis por meio de Florianópolis pesquisados. Em análise à amostra coletada, e como forma de atender aos objetivos gerais e específicos pré-estabelecidos, verificou-se como mais relevantes os problemas relacionados à adaptação do sistema de informação a essa nova obrigação, assim como a falta de profissionais qualificados e a resistência dos clientes desses escritórios a essas mudanças.-

Para obter a opinião dos profissionais foi realizado um questionário com 18 questões, tanto abertas quanto fechadas, relacionadas ao perfil do respondente, do profissional e do escritório. Foi efetuada uma comparação dos resultados obtidos na presente pesquisa com os dados apresentados por Pires et al. (2011). Nessa comparação, podem-se verificar inúmeras semelhanças entre a aplicação dos programas do SPED, como a NF-E, EFD e o ECD, com o EFD-Contribuições.

Especificamente, quanto aos objetivos, analisou-se que 74% dos profissionais ainda não se sentem preparados para atender às exigências pertinentes ao EFD-Contribuições. Grande parte apontou que os sistemas de informação são fatores que mais influenciam na implantação do subsistema do SPED. Constatou-se que o parque tecnológico não é adequado e será necessário o investimento em soluções de TI que suportem as novas funcionalidades, oportunizando, aos escritórios que esperam obter um resultado superior à concorrência, investir na capacitação e retenção de profissionais e no desenvolvimento de ferramentas customizadas às necessidades da organização e às constantes atualizações da legislação específica.

Com base na literatura apresentada, na Instrução Normativa 1.052/2010 da Receita Federal do Brasil, nos resultados da amostra selecionada - 20% da população e na pesquisa de Pires et al. (2011), é possível perceber que, apesar da distância temporal entre o desenvolvimento de ambas (dois anos), são consideradas válidas e significativas as respostas coletadas neste estudo, principalmente no que diz respeito à similaridade entre os resultados e na proposição de melhorias.

O EFD-Contribuição está diretamente relacionado ao cotidiano do profissional de contabilidade e das empresas obrigadas a essa determinação, mas dadas as suas características operacionais e aos dados coletados, percebeu-se a morosidade destas em dirimir os impactos causados por esse sistema e em perceberem os benefícios provenientes de sua utilização.

No desenvolvimento deste trabalho, encontraram-se como limitações a escassez de material específico sobre o assunto - livros e artigos acadêmicos, bem como a falta de comprometimento de parte dos respondentes da pesquisa com os benefícios provenientes desta.

Finalmente, recomenda-se para futuros pesquisadores que a amostra selecionada seja mais abrangente - outros estados e/ou cidades; que sejam adotados métodos estatísticos de seleção da amostra, objetivando assim diminuir a probabilidade de erro e aumentando a confiabilidade e a possibilidade de generalização dos resultados; reaplicação do questionário em períodos de médio e de longo prazo, identificando se os apontamentos desta pesquisa foram equacionados; que se realize um estudo de caso em uma organização cujo regime de tributação seja o de lucro presumido; e que seja considerada como nova hipótese de pesquisa o papel do profissional contábil na educação contábil de seus clientes

como fator de sucesso para a implementação de novas metodologias e de sistemas, como o apresentado neste artigo.

Referências

ALMEIDA, M. S.; FREITAS, C. R.; SOUZA, I. M. **Gestão do Conhecimento para tomada de Decisão**. São Paulo: Atlas, 2011.

ALVES JUNIOR, E. P.; MEDEIROS, M. F. M.; SOUSA NETO, M. V.; **Mudança dos processos de negócios e adequação da TI nas empresas em decorrência da implantação do sistema público de escrituração digital – SPED: Um estudo de casos Múltiplos no Estado do Pará**. In: 9 CONTECSI Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação., 2012, São Paulo. 9 CONTECSI, 2012.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Métodos Estatísticos**. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~freitas/cursos/Metodos/2005-2/Aulas/A11-12/6%20-%20Amostragem%20pf.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BRASIL. **CONVÊNIO ICMS 143/2006**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2006/cv143_06.htm>. Acesso em 27 set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em: 27 set. 2012.

BRASIL. **GUIA PRÁTICO DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP, DA COFINS E DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – EFD-CONTRIBUIÇÕES**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/download/Guia_Pratico_EFD_Contribuicoes_Versao_1_11_03DEZ2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2010/in10522010.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. **LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm>. Acesso em: 23 dez. 2012.

BRASIL. **Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições)**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/AtosExecutivos/2012/COFIS/ADCOFIS020.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. **PORTAL SPED EFD-PIS/COFINS.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/default.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. **SPED FISCAL – Escrituração Fiscal Digital.** Disponível em: <<https://www.fazenda.sp.gov.br/SPED/>>. Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. **Solução EFD PIS Cofins com Auditoria Fiscal.** Disponível em: <http://www.nfedobrasil.com.br/pdf/efd_pis_cofins2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

CALEGARI, Crislayne Dos Santos et al. **AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AS MICROEMPRESAS: A FUNÇÃO DO CONTADOR PERANTE AS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.** Nova Venécia: 2012. 70 p. Disponível em: <<http://univen.no-ip.biz/listamono/monografias/Ci%C3%A4ncias%20Cont%C3%A1beis/2012/AS%20EMPRESAS%20DE%20PEQUENO%20PORTE%20E%20AS%20MICROEMPRESAS.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

CARLETO, Benedita Bernardes Nepomuceno; THEODORO, Renata Joyce. **Manual de Procedimentos: Imposto de Renda PIS – Cofins – CSLL e Legislação.** Disponível em: <http://boletim.lex.com.br/arquivos/virtualpaper/vt_ir_14-12.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

FREIRE, P. S.; UENO, T.U.; DIAS, M.A.H.; SANTOS, N. Ferramentas de Avaliação de Gestão do Conhecimento: Um estudo bibliométrico. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, v. 2, p. 15-38, 2013.

GERON, C. M. S.; FINATELLI, J. R.; FARIA, A. C.; ROMEIRO, M. C. SPED Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 5, p. 44-67, 2011.

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diego Menin. **A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações.** Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/73/52>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **EFDPIS E COFINS - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL PARA O PIS E A COFINS.** Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/efdpisecofins.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

MAHLE, M. M.; SANTANA, A. F. B. Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: Um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/sc. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 08, p. 73-92, 2009.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PASSOS, G. R. P.; SILVA, A. F.; GALLO, M. F.; PEREIRA, C. A. SPED - **Sistema Público de Escrituração Digital: Um Novo Paradigma em termos de Conformidade Tributária.** In: 8th

CONTECSI International Conference on Information Systems and Technology Management, 2011, São Paulo. Anais do 8º CONTECSI, 2011. v. 1.

PETRI, S. M.; KOETTKER, B. H. S.; MARQUES, T. O.; PETRI, L. R. F.; CASAGRANDE, M. D. H. Escrituração fiscal digital (EFD): Vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 12, p. 53-69, 2013.

PIRES, Andréa da Silva ; FERREIRA, L. F. ; MÜLLER, Neri ; PETRI, S. M. . **A Percepção Dos Contabilistas Do Município De Florianópolis, Com Relação À Implantação Do Sistema Público De Escrituração Digital**. In: CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 2011, São Paulo. 8th CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management. São Paulo: FEA-USP, 2011. v. CDROOM.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas 2008.

ROCHA, S. K.; CARVALHO, F. N. Análise da Percepção dos Acadêmicos egressos do curso de ciências contábeis das instituições de ensino superior públicas da grande Florianópolis sobre o sistema Público de Escrituração Digital. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 11, p. 23-36, 2012.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, Mara. J. S. O impacto do SPED na contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 10, p. 9-26, 2011.

SANTOS, J. L. ; QUEIROZ, D. B.; CUNHA, M. C. F. ; CAVALCANTE, P.R.N **Uma analisadas percepções dos usuários do Sistema úblico de Escrituração Digital – SPED**. In: 5 CONTECSI Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação., 2008, São Paulo. 5 CONTECSI, 2008.

SILVA, Edna Lúcia da **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª Ed. Rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, L. C.; ROSA, M. M.; BIANCO P.; BERNARDO, F. D. Os impactos da Nota Fiscal Eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Navus Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, p. 49-63, 2014.

SILVA, T. V. M.; BIANCHI, M.; GELATTI, R. Evidenciação das Demonstrações Contábeis: Avaliação do Desempenho de uma empresa com foco na adoção do SPED Contábil para tomada de decisão. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 1, p. 125-143, 2013.

SOEIRA, E. R.; SCHNEIDER, H. N. EAD: Percepções de Tutores A Distância. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, v. 2, p. 109-134, 2013.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: Juruá Editora, 2009.

ZANIN, Antônio. FRIGERI, L. A.; KRUGUER, S. D.; COSER M. S. **O Impacto da Escrituração Fiscal Digital para as Empresas** In: CONTESCI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 2011, São Paulo. 8th CONTESCI - International Conference on Information Systems and Technology Management. São Paulo: FEA-USP, 2011. v. CDROOM.